

C O N T R A T O

Contrato de Concessão para exploração dos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários que entre si, fazem o **MUNICÍPIO DE OROBÓ - PE**, no Estado de Pernambuco, e o **SANEAMENTO DO INTERIOR PERNAMBUCANO S.A. - SANEPE**.

Aos **13** dias do mês de **JANEIRO** do ano de mil novecentos e setenta, o Município de **OROBÓ - PE**, no Estado de Pernambuco, representando neste ato pelo seu Prefeito, Sr. **MANUEL DA MATA RIBEIRO**, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 343 de 02 de junho do ano de **mil e novecentos e sessenta e nove**, doravante denominado simplesmente Município e o **SANEAMENTO DO INTERIOR PERNAMBUCANO S.A.**, doravante denominado **SANEPE**, representado pelo seu Diretor Presidente, Engº. Miguel Angelo Branckenfeld Lopes Afonso, presentes na sede do (a) **SANEPE** resolveram firmar o presente Contrato de Concessão dos serviços de Abastecimento de água e de esgotos sanitários no Município, mediante as seguintes cláusulas e condições:

O B J E T I V O

CLÁUSULA PRIMEIRA (DA VIGÊNCIA). A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

Passa a ser considerada como **ÁREA DE ABRANGÊNCIA** da prestação de serviços, todo o território municipal, classificando-o em **ÁREA URBANA** e **ÁREA RURAL**. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

§ 1º Na **ÁREA URBANA** a **COMPESA** será **PRESTADORA DOS SERVIÇOS**, nos termos da legislação. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

§ 2º Na **ÁREA RURAL** a **COMPESA** será prestadora ou desempenhará determinadas funções, como de apoiar prestador instituído pela própria comunidade. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

§ 3º Na **ÁREA RURAL**, a atuação da **COMPESA**, dar-se-á sem prejuízo da atuação de outros órgãos que atuam para este fim. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

§ 4º A **COMPESA** apoiará o desenvolvimento da **POLÍTICA DE SANEAMENTO RURAL**, nos moldes estabelecidos no Protocolo de Intenções, assinado pela Secretaria De Infraestrutura E Recursos Hídricos - Seinfra, a Secretaria De

Desenvolvimento Agrário - SDA e a Companhia Pernambucana De Saneamento - Compesa, no dia 03 de fevereiro de 2021, da Portaria Conjunta nº 19/2020, e demais instrumentos que sejam formalizados. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

§ 5º. A **ÁREA URBANA** compreende a sede, que está estabelecida nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

CLÁUSULA 2ª - A **SANEPE** explorará industrialmente os serviços referentes na cláusula anterior, diretamente ou mediante Contrato celebrado com entidades públicas ou privadas.

CLÁUSULA 3ª - Os recursos consignados nos orçamentos Federal, Estadual e Municipal e aqueles oriundos da **SUDENE**, bem assim as contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, para a execução de obras e serviço de água e esgotos sanitários, serão entregues à **SANEPE**, que poderá executar os serviços diretamente ou contrata-los com entidades públicas ou privadas.

Parágrafo Único - O **TITULAR DOS SERVIÇOS** poderá contribuir com recursos, principalmente para o atendimento da **ÁREA RURAL**, objetivando a implantação ou ampliação dos serviços, com a finalidade de antecipar o atingimento dos objetivos e das metas dos serviços. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

CLÁUSULA 4ª - Para a construção ou ampliação dos dois sistemas, poderá a **SANEPE** realizar operações de crédito com entidades financeiras nacionais ou internacionais

CLÁUSULA 5ª - Quaisquer obras a serem executadas nos serviços ora concedidos, visando ampliações e melhoramentos, serão previamente projetadas e orçadas pela **SANEPE**, com os recursos que para tal fim forem destinados.

CLÁUSULA QUINTA-BIS (DAS METAS E DO CONTEÚDO MÍNIMO DO CONTRATO). A **CONTRATADA**, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir: (N.R)

- I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da **LNSB - LEI NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO** (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização; (N.R)
- II. - com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da **LNSB**, caso Norma

de Referência emitida pela **ANA** considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020. (N.R)

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela **ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO**, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela **ARPE - AGÊNCIA REGULADORA DE PERNAMBUCO** (N.R)

§ 2º A **CONTRATADA** assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato. (N.R)

§ 3º. No que diz respeito às metas de universalização dos serviços, de acordo com a **NORMA DE REFERÊNCIA Nº 2, DA ANA**, ficam estabelecidas: (N.R)

| Ano | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 |
|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| IUA (%) | 88,69% | 89,91% | 91,54% | 91,54% | 91,54% | 91,54% | 91,54% | 91,54% | 91,54% | 94,36% |
| IUE (%) | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| IUT (%) | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Ano | 2032 | 2033 | 2034 | 2035 | 2036 | 2037 | 2038 | 2039 | 2040 | 2041 |
| IUA (%) | 97,18% | 99,00% | 99,00% | 99,00% | 99,00% | 99,00% | 99,00% | 99,00% | 99,00% | 99,00% |
| IUE (%) | 40,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% |
| IUT (%) | 40,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% |
| Ano | 2042 | 2043 | 2044 | 2045 | 2046 | 2047 | 2048 | 2049 | 2050 | |
| IUA (%) | 99,00% | 99,00% | 99,00% | 99,00% | 99,00% | 99,00% | 99,00% | 99,00% | 99,00% | |
| IUE (%) | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | |
| IUT (%) | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | 90,00% | |

§ 4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços. (N.R)

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da **ANA** e da **ARPE**, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro. (N.R)

§ 6º. No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da **NORMA DE REFERÊNCIA Nº 2, DA ANA**, considera-se: (N.R)

I . O **INDICADOR DE UNIVERSALIZAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (IUA)** será medido pela seguinte fórmula: (N.R)

IUA = $100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$ (N.R)

II . O INDICADOR DE UNIVERSALIZAÇÃO DE COLETA DE ESGOTOS SANITÁRIOS (IUE) será medido pela seguinte fórmula: (N.R)

IUE = $100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$ (N.R)

III . O INDICADOR DE UNIVERSALIZAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS (IUT) será medido pela seguinte fórmula: (N.R)

IUT = $100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$ (N.R)

Parágrafo Único - Sempre que tais obras resultarem de solicitações do Município, deverá este último prover os recursos necessários, de acordo com o projeto e orçamento elaborado pela **SANEPE**.

CLÁUSULA 6ª - A **SANEPE** se obriga a operar o sistema dentro das condições técnicas do projeto, salvo em caso de acidente imprevisível, que deverá, no tempo oportuno, ser levado ao conhecimento do Município, a fim de que, em comum acordo, sejam tomadas as providências para a normalização do abastecimento público.

CLÁUSULA 7ª - O acervo constituídos pelos equipamentos, obras, tubulações, imóveis e outros bens existentes no Município e de sua comprovada propriedade, a serem utilizados pela **SANEPE** nos serviços concedidos, serão restituídos ao Município;

- a) - no fim do prazo de concessão;
- b) - no caso de rescisão do Contrato;
- c) - no caso de liquidação da **SANEPE**.

CLÁUSULA 8ª - Os bens constituídos por obras, equipamentos, tubulações, imóveis e outros bens que pertencerem ao Município, na data em que entrar em vigor este Contrato e destinados ao serviço de abastecimento d'água ou ao sistema de esgotos sanitários, passarão ao domínio útil da **SANEPE** e a sua incorporação, mediante participação societária do Município, far-se-á após a sua exata descrição e avaliação, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 2.627 de 25/04/1949, dentro do prazo máximo de 12 meses.

CLÁUSULA 9ª - Os bens de que trata a cláusula anterior, findo o prazo de concessão e não sendo este prorrogado, ou em caso de rescisão do Contrato, serão restituídos ao Município, como reembolso das ações por ele subscritas em decorrência da incorporação de tais bens ao patrimônio da **SANEPE**, sem qualquer indenização pela sua depreciação natural.

Parágrafo Único - Ocorrendo uma das duas situações previstas nesta cláusula, o Município indenizará a **SANEPE**, em moeda corrente, pelos valores reais dos investimentos que tenham sido feitos pela **SANEPE** ou os que tenham sido feitos sob a forma de Participação societária pelo Governo Estadual através do **FUNDESPE**, pelo Governo Federal, através da **SUDENE** ou de outros Órgãos, e por qualquer outra entidade pública ou, privada, após avaliados por uma Comissão de avaliação de bens, que será formada por um representante da **SANEPE**, um representante do **FUNDESPE** e um representante do Governo Municipal.

CLÁUSULA 10ª - A classificação dos serviços de água e esgotos sanitários, as tarifas respectivas e as condições para a sua concessão aos usuários serão atribuição exclusiva da **SANEPE**.

Parágrafo primeiro - as tarifas serão fixadas em termos de percentuais sobre o salário mínimo vigente no Recife, de modo que a receita atenda à amortização do investimento, ao pagamento dos custos de operação e manutenção e à formação de reservas para o financiamento da expansão dos serviços.

Parágrafo Segundo - A taxa mínima do serviço de água, para consumidores domiciliares, não poderá ser superior a 5% do salário mínimo vigente no Recife, para o consumo mensal de 15 m³.

Parágrafo Terceiro - O consumo de água dos edifícios, torneias públicas, jardins, etc., de responsabilidade do Município, será pago pela tarifa domiciliar.

Parágrafo Quarto - As taxas dos serviços de esgotos sanitários serão fixadas em função do consumo de água.

CLÁUSULA 11ª - A **SANEPE** arrecadará as importâncias devidas pela prestação dos seus serviços.

CLÁUSULA 12ª - A **SANEPE** efetuará os cortes das ligações dos consumidores que atrasarem por mais de 30 (trinta) dias o pagamento das tarifas devidas.

Parágrafo Único - O pagamento das tarifas, não efetuados dentro do prazo de 15 (quinze) dias seguintes à apresentação da conta, será acrescido da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da importância devida.

CLÁUSULA 13ª - Caberá à **SANEPE** promover a desapropriação de bens particulares, declarados de utilidade pública,

necessários à execução de obras ou serviços de sua atribuição.

Parágrafo Único - Caberá ao Prefeito Municipal ou ao Governador do Estado, mediante decreto, declarar, para efeito de desapropriação, ser o bem de utilidade pública.

CLÁUSULA 14ª - O Município executará, por solicitação da **SANEPE**, os serviços de sua alçada que se tornem necessários para a proteção dos elementos dos dois sistemas.

CLÁUSULA 15ª - O Município se obriga a impedir, por meio de legislação adequada e fiscalização efetiva, qualquer obra ou atividade que venha a pôr em perigo um ou mais elementos dos dois sistemas, com especial atenção as obras e atividades que possam causar contaminação do sistema de abastecimento d'água.

CLÁUSULA 16ª O Município se obriga a conceder através de Lei a isenção de todos os impostos, taxas e tributos Municipais, de qualquer natureza, que incidam sobre bens e serviços da **SANEPE**.

CLÁUSULA 17ª - O Município executará a recomposição da pavimentação das ruas danificadas em virtude das obras de construção de ramais domiciliares, comerciais ou industriais, cobrando se julgar conveniente, o seu custo diretamente dos beneficiados pelos serviços. No caso da recomposição no pavimento das ruas danificadas em consequência de vazamentos ou estouramentos da rede distribuidora, o Município efetuará os serviços, cobrando o seu custo à **SANEPE**.

CLÁUSULA 18ª - No caso de ser necessário fazer alterações no nivelamento das ruas ou nos seus traçados, que exijam correspondentes alterações ou remoções de canalizações, as despesas com tais serviços e obras correrão por conta do Município ou dos interessados em tais alterações.⁷

CLÁUSULA 19ª - Não será fornecida água, nem serão prestados serviços de esgotos sanitários, gratuitamente, a nenhum prédio ou propriedade pública ou privada.

CLÁUSULA 20ª - As taxas e tarifas devidas pelo Município, por serviços prestados pela **SANEPE**, serão pagas dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à apresentação das respectivas contas.

Parágrafo Primeiro - Será da responsabilidade do Município o pagamento das contribuições devidas por banheiros, lavandarias, fontes, torneiras públicas, bem como as devidas pelos ramais de esgotos sanitários que sirvam a estas e a quaisquer outras instalações sanitárias de uso público, que estejam sob controle

Parágrafo Segundo - O Município oferecerá em caução as suas ações subscritas na **SANEPE** e respectivos dividendos como garantia das obrigações assumidas neste Contrato, especialmente quando ao pagamento correspondente aos serviços prestados pela **SANEPE**.

CLÁUSULA 21ª - A **SANEPE** não se responsabilizará pelas interrupções do fornecimento de água ou do funcionamento do serviço de esgotos sanitários, decorrentes de motivos da força maior, tais como: greves, inundações, acidentes, incêndios, comoção pública, guerra, etc.

CLÁUSULA 22ª - Caberá à **SANEPE** o direito de inspecionar as instalações hidráulicas e sanitárias dos prédios ou propriedades a serem ligados à rede de esgotos sanitários, podendo recusar a concessão dos serviços aqueles cujas instalações não preencheram as condições necessárias à garantia da sua adequada utilização.

Parágrafo Único - Caberá ainda à **SANEPE** aprovar, na parte concorrente às instalações hidráulicas e sanitárias, os projetos dos prédios a serem construídos, bem como fiscalizar a execução de tais instalações.

CLÁUSULA 23ª - A **SANEPE** não se obriga pelo pagamento de quaisquer débitos contraídos pelo Município.

CLÁUSULA 24ª - A **SANEPE** manterá no Município um escritório para administração dos serviços locais.

CLÁUSULA 25ª - A **SANEPE** poderá reinvestir no Município, na medida das necessidades, até cinquenta por centos dos lucros líquidos nele obtidos com a exploração dos serviços concedidos.

CLÁUSULA 26ª - É concedido a **SANEPE** o direito de exclusividade para a exploração de sistemas completos de água e de esgotos sanitários em quaisquer distrito ou vila do Município.

CLÁUSULA 27ª - A **SANEPE** não poderá transferir a concessão sem previa autorização do Município e do Governo Estadual através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos (SOSP).

CLÁUSULA 28ª - A **SANEPE** poderá utilizar os terrenos de domínio público e estabelecer as servidões nos mesmos através das estradas, caminho e vias públicas, submetendo-se todavia aos regulamentos administrativos.

CLÁUSULA 29ª - Poderá a **SANEPE** estabelecer servidões permanentes ou temporárias exigidas para as obras que tiver de exercer.

CLÁUSULA 30ª - Este Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- a) Mutuo acordo entre o Município e a **SANEPE**;
- b) Inadimplemento de suas clausulas;
- c) Liquidação da **SANEPE**;
- d) Por comprovado interesse público.

CLÁUSULA TRINTA-BIS (ARBITRAGEM). Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela **CAMARB - CÂMARA DE ARBITRAGEM EMPRESARIAL - BRASIL**, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem. (N.R)

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência. (N.R)

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa. (N.R)

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento. (N.R)

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da **CAMARB**, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento. (N.R)

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável. (N.R)

E, por estarem assim justos e contratados, mandarem lavrar o presente instrumento em três (3) vias de igual teor que assim juntamente com as testemunhas abaixo, estando o mesmo isento de selo "ex-vi-legis", ficando eleito o foro da cidade do Recife, renunciando as partes, desde já, a outro qualquer.

Recife, 13 de janeiro de 1970

MANUEL DA MATA RIBEIRO
Prefeito Municipal

MIGUEL ANGELO BRACKENFELD LOPES AFONSO
Diretor-Presidente da **SANEPE**



50 anos de
dedicação a você.

Secretaria de
Infraestrutura
e Recursos Hídricos



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

TESTEMUNHAS :